



CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

www.cesp.com.br

Relatório da Administração

reservatórios das usinas de cabeceira, localizadas nas Bacias do rio Paranaíba e Grande, o Operador Nacional do Sistema (ONS) adotou como estratégia de operação a redução da deflúvia das hidrelétricas da Bacia do Rio Paraná ao longo da maior parte do trimestre, porém as vazões praticadas foram superiores às observadas nos trimestres anteriores.

No 4T22, a UHE Porto Primavera manteve o índice de disponibilidade médio em 96,2%, superior em 3,9 p.p. em relação ao 4T21 (92,3%).

O índice de disponibilidade médio manteve-se significativamente acima dos valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), demonstrando a qualidade da operação e da manutenção dos ativos e a adequada gestão dos riscos operacionais.

Valores de disponibilidade e valores de referência adotados pela ANEEL

Capacidade Instalada (MW)	Número de Unidades Geradoras - UG	Capacidade Unitária da UG (MW)	Disponibilidade Verificada	Índice Referência ANEEL
1.540	14	110,0	96,2%	92,3%

UHE Porto Primavera

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

A receita operacional líquida em 2022 totalizou R\$2.255 milhões, redução de R\$37 milhões (-2%) em relação aos R\$2.293 milhões em 2021, majoritariamente decorrente de:

Contratos bilaterais e Leilão de energia: aumento de R\$192 milhões em relação a 2021, devido ao reajuste dos contratos por inflação e ao encerramento dos instrumentos financeiros derivativos em moeda estrangeira em dezembro de 2021.

Trading: redução de R\$230 milhões em relação a 2021, devido, principalmente, a reestruturação da estratégia de comercialização de energia implementada pela sua controladora Auren, que passou a centralizar a venda de energia aos clientes finais na sua subsidiária Auren Comercializadora de Energia Ltda. e a redução do PLD médio (Preço de liquidação das diferenças) saindo de R\$280/MWh em 2021 para R\$59/MWh em 2022.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 1.283 milhões em 2022, frente a R\$ 973 milhões registrados em 2021, uma variação de R\$ 310 milhões na comparação dos períodos, devido principalmente a:

Custo de compra de energia: redução de R\$45 milhões em energia comprada para equacionamento do balanço energético, principalmente devido à melhora no cenário hidrológico, com GSF de 85% em 2022 versus 73% em 2021 e redução de R\$246 milhões na CESP Comercializadora também pela reestruturação da estratégia de comercialização do grupo e redução do PLD entre os períodos;

Encargos de uso da rede elétrica: aumento de R\$33 milhões em relação ao exercício de 2021, explicado pela atualização das tarifas TUST e TUSD;

Provisão de impairment: no exercício de 2022 foi registrado uma reversão de impairment de R\$231 milhões, contra uma provisão de R\$249 milhões em 2021. A provisão em 2021 ocorreu em função do reconhecimento da extensão da concessão da UHE Porto Primavera, que em valores contábeis, ultrapassaria o prazo máximo de 7 anos previsto no acordo da repactuação do GSF. Trazendo um efeito positivo de R\$480 milhões na comparação entre os exercícios.

Repactuação do risco hidrológico: efeito positivo de R\$782 milhões em 2021, como resultado da homologação dos cálculos de extensão de concessão das UHEs Paranaíba (R\$43 milhões) e Porto Primavera (R\$739 milhões); e

Reversão de provisão para litígios e baixa de depósitos judiciais: a Companhia registrou reversão de provisão de R\$60 milhões em 2022, R\$366 milhões a menos comparado com a reversão de R\$426 milhões em 2021, e baixa de depósitos judiciais menor em R\$58 milhões na comparação entre os exercícios, resultado da evolução natural dos processos judiciais.

Ganho na migração dos benefícios pós-emprego: em 2022 foi registrado um efeito positivo de R\$20 milhões no resultado, fruto da conclusão do processo de migração parcial dos planos de benefício definido para plano de contribuição definida como parte da estratégia de mitigação dos riscos atuariais.

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício de 2022, o resultado financeiro foi uma receita de R\$1.784 milhões, versus despesa de R\$614 milhões em 2021, principalmente devido a:

Receita financeira: em 2022, houve o reconhecimento da atualização monetária sobre o ativo sujeito à indenização devido ao acordo firmado em 07 de dezembro de 2022 com a União para indenização dos ativos ainda não totalmente depreciados ou amortizados da usina de Três Irmãos, na cifra de R\$2.422 milhões, além de uma maior receita de aplicações financeiras de R\$66 milhões (R\$88 milhões em 2022, versus R\$22 milhões em 2021), devido, principalmente, ao maior volume de caixa aplicado e pela alta do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) médio;

Encargos de dívidas: incremento de R\$28 milhões devido ao aumento do CDI indexador da 11ª emissão de debêntures;

Atualização monetária: no exercício de 2022, a variação monetária foi uma despesa de R\$96 milhões, R\$71 milhões menor comparado com R\$167 milhões em 2021, principalmente devido à desaceleração do IPCA, 5,8% em 2022 versus 10,0% em 2021;

Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis: reconhecimento de R\$232 milhões em 2022 de ajuste a valor presente sobre o saldo registrado no balanço de acordo firmado com a União referente à indenização da usina de Três Irmãos. O acordo assinado prevê o recebimento pela CESP do valor histórico de R\$ 1.717 milhões atualizado pela SELIC composta até out/2023, com pagamento em 84 parcelas mensais e consecutivas (Sistema SAC), sendo a primeira parcela a ser paga até 15 de outubro de 2023.

Atualização monetária sobre provisão para litígios: redução de R\$ 65 milhões entre os exercícios (R\$102 milhões em 2022, versus R\$168 milhões em 2021) decorrente da baixa significativa de provisão do contencioso entre os períodos e pela queda do IGP-M acumulado do período.

RESULTADO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2022 foi de R\$2.447 milhões, contra um lucro de R\$441 milhões em 2021 explicado pelas principais variações mencionadas anteriormente.

AUDITORIA

A Companhia esclarece que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestou atendimento de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, servindo de diligência no processo de avaliação de investimentos do quais a Companhia participou durante o ano. O valor total pago por esses serviços foi de R\$ 663 mil. Para fins dessa contratação, não foram identificados aspectos que pudessem conflitar com os trabalhos de auditoria externa em razão do conflito de interesses e/ou perda de independência ou objetividade dos auditores, dada a natureza do mesmo de consultoria no processo de avaliação de empresas para potencial aquisição pela Companhia.

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica.

Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela Auren Energia S.A. (anteriormente denominada VTRM Energia Participações S.A.) e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A., resultado da parceria da Votorantim Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments"). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.

Em função da reorganização societária anunciada em 18 de outubro de 2021 pelos seus acionistas controladores, a partir de 25 de março de 2022, a CESP passou a ser subsidiária integral da Auren e passou a deter registro de companhia aberta categoria "B".

PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão da usina de geração hidrelétrica sob contrato de concessão da UHE Porto Primavera (produção independente de energia) com um total de 14 unidades geradoras, 1.540 MW de potência e 887 MW médios de garantia física de energia.

A usina está instalada na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Atualmente como subsidiária integral da Auren, a Companhia segue as políticas de Governança Corporativa da mesma.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A companhia possui a concessão da usina hidrelétrica de Porto Primavera.

	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Geração de Energia (MW médio)					
			4T22	4T21	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
UHE Porto Primavera	1.540	887	825	766	7,7%	773	760	2%

A produção de energia da UHE Porto Primavera atingiu 825 MW médios no 4T22, 8% superior ao 4T21 (766 MW médios).

O aumento de geração observado nesse trimestre reflete a atenuação, ao longo de 2022, dos efeitos da crise hídrica vivida pelo País no ano anterior. Com isso, em 31/out/2022, deixaram de vigorar as diretrizes operativas estabelecidas pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) que restringiam a vazão mínima defluente da UHE Porto Primavera e, consequentemente, a produção de energia elétrica pela usina.

Evolução da Energia Natural Afluente (ENA) do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste

	MW médio		% MLT ⁽¹⁾		Var. (%)	
	4T22	4T21	2022	2021	2022	2021
Outubro	24.562	22.229	10,5%	10,4%	9,4%	10 p.p.
Novembro	24.616	29.324	-16,1%	7,8%	9,3%	-15 p.p.
Dezembro	42.681	42.730	-0,1%	8,9%	8,9%	-
Out - Dez	30.685	31.451	-2,4%	8,9%	9,1%	-2 p.p.

⁽¹⁾ Média de Longo Termo (MLT). Informações disponíveis em http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_afluente_subsistema.aspx

No 4T22, as bacias hidrográficas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste apresentaram vazões próximas às médias históricas, porém com armazenamentos superiores ao 4T21. Com o objetivo de recuperar os

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do resultado	Consolidado				Controladora				
	Nota	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Recetta líquida	4	2.255.353	2.292.813	1.705.141	1.512.972	-	-	-	-
Custo do serviço de energia elétrica	5	(1.498.630)	(985.638)	(965.996)	(205.342)	-	-	-	-
Custo com energia elétrica		(1.040.656)	(1.298.848)	(508.022)	(518.638)	-	-	-	-
Custo com operação		(457.974)	(468.764)	(457.974)	(468.678)	-	-	-	-
Repactuação do risco hidrológico		-	781.974	-	781.974	-	-	-	-
Lucro bruto		756.723	1.307.175	739.145	1.307.630	-	-	-	-
Recetas (despesas) operacionais	5	(115.978)	(125.429)	(107.085)	(115.041)	-	-	-	-
Gerais e administrativas		331.730	137.860	324.175	124.534	-	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		215.752	12.431	217.090	9.553	-	-	-	-
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro líquido		972.475	1.319.606	956.235	1.317.183	-	-	-	-
Resultado de participações societárias	13.3	-	-	17.659	3.224	-	-	-	-
Equivalência patrimonial		-	-	17.659	3.224	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	6	2.524.472	32.528	2.511.000	29.953	-	-	-	-
Recetas financeiras		(740.242)	(648.695)	(739.408)	(646.642)	-	-	-	-
Despesas financeiras		1.784.230	(614.167)	1.771.592	(616.689)	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.756.705	705.439	2.745.486	703.718	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	11.3	(3.115)	(18.515)	2.013	(18.481)	-	-	-	-
Correntes		(306.973)	(246.097)	(300.882)	(244.410)	-	-	-	-
Diferidos		2.446.617	440.827	2.446.617	440.827	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		2.446.617	440.827	2.446.617	440.827	-	-	-	-

Demonstração do resultado abrangente

	Consolidado e Controladora		
	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		2.446.617	440.827
Outros componentes do resultado abrangente a serem reclassificados para o resultado		-	-
Hedge accounting operacional líquido de impostos		-	38.658
Hedge accounting operacional reflexo, líquido de impostos		-	23.618
		-	62.276

Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado

Remuneração de benefícios pós-emprego, líquido dos efeitos tributários

	23.5	196.147	519.474
Total do resultado abrangente do exercício		2.642.764	1.022.577

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração dos fluxos de caixa	Consolidado e Controladora			
	Nota	2022	2021	2022

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Ajustes de itens que não representam alterações de caixa e equivalentes de caixa

Depreciação e amortização

Baixa de imobilizado e direito de uso dos contratos de arrendamento

Repactuação do risco hidrológico

Equivalência patrimonial

Baixa de depósitos judiciais

Juros, variações monetárias e variações cambiais

Apropriação de custos de captação

Provisão (reversão) de provisões

Reversão para litígios

Provisão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais

Provisão (reversão) de impairment de ativo imobilizado e intangível

Provisão (reversão) de obrigações socioambientais

Atualizações de saldos

Ativos indenizáveis pela União

Provisão para litígios

Depósitos judiciais

Benefícios pós-emprego

Efeito da migração de benefícios pós-emprego

Custo do serviço de benefícios pós-emprego

Ajuste a valor presente

Ativos indenizáveis pela União

Obrigações socioambientais

UBP - Uso do bem público

Arrendamentos

Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures

Contratos futuros de energia

Decréscimo (acréscimo) em ativos

Contas a receber

Tributos a recuperar

Almoxarifado

Despesas antecipadas

Cauções e depósitos judiciais

Outros ativos

Acréscimo (décrecimo) em passivos

Fornecedores

Instrumentos financeiros derivativos

Tributos a recolher

Pagamentos a benefícios pós-emprego

Efeito migração benefícios pós-emprego - planos CD

Encargos setoriais

Pagamentos de lucros

Obrigações socioambientais

Pagamento de UBP - Uso do bem público

Obrigações estimadas e folha de pagamento

Outros passivos

Caixa gerado nas operações

Juros pagos sobre debêntures

Imposto de renda e contribuição social pagos

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aplicações financeiras

Aumento de capital em investida

Aquisição de imobilizado e intangível

Venda de imobilizado

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Liquidação de debêntures

Liquidação de arrendamento mercantil

Pagamento de dividendos

Recuperação de ações

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

Acréscimo (Décrecimo) de caixa e equivalentes

Efeito no caixa de empresas adquiridas incluídas na consolidação

Saldo inicial de caixa e equivalentes do exercício

Saldo final de caixa e equivalentes do exercício

Principais transações que não afetaram o caixa

Aumento de capital - via transferência de ativos 1.3 (a)

Aquisição de investimentos - via aumento de capital 1.3 (a)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1. Considerações gerais: 1.1 Contexto operacional: A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia é subsidiária integral da Auren Energia S.A. ("Auren") - anteriormente denominada VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), conforme reestruturação societária abaixo descrita. Em conjunto com sua controladora CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora"), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e a comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades correlatas, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, com uma ferramenta de manter a qualidade do ambiente onde atuamos. A Companhia, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica, uma delas opera no regime de preço e outra no regime de cotas, somando 1.627 MW de capacidade instalada e 935 MW médios de garantia física de energia. Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2056, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022: a) **Alteração na estrutura societária da CESP:** Em 18 de outubro de 2021, a Votorantim S.A. e o CPP Investments anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3. Em 25 de fevereiro de 2022, a Auren obteve o registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Abertura de Capital") e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado ("Listagem no Novo Mercado"). Como ato subsequente à abertura de capital da Auren, e de

Demonstrações do resultado	Consolidado				Controladora				
	Nota	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Balanco patrimonial									
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.116.552	428.231	590.570	376.541	-	-	-	-
Aplicações financeiras	7	105.347	77.751	105.347	77.751	-	-	-	-
Contas a receber	8	250.739	268.439	198.094	176.044	-	-	-	-
Ativos indenizáveis pela União	9	161.856	-	161.856	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar		49.662	28.847	42.466	15.165	-	-	-	-
Dividendos a receber		-	-	4.644	766	-	-	-	-
Despesas antecipadas		4.437	6.015	1.866	6.015	-	-	-	-
Contratos futuros de energia		-	270.815	-	-	-	-	-	-
Outros ativos		14.644	5.811	13.507	5.786				

*continuação
Um direito não mais questionável, o montante de R\$ 3.909.017 foi registrado como Ativos indenizáveis pela União (Nota 9), mediante a reclassificação de R\$ 2.103.252 da rubrica Ativo sujeito à indenização (Nota 12) e ao reconhecimento de R\$ 1.805.765 referente à atualização monetária, líquida de ajuste a valor presente, com contrapartida no Resultado financeiro (Nota 6). Adicionalmente, houve a reversão de *impairment* dos ativos indenizáveis, no montante de R\$ 634.614 e baixa de ativos não indenizáveis de canal e eclusa, no montante de R\$ (248.724) e de terrenos e outros, no montante de R\$ (385.890), conforme demonstrado na Nota 12. Como fato subsequente ao exercício findo dessas demonstrações financeiras, em 10 de janeiro de 2023, foi proferida sentença de homologação judicial do referido acordo sendo extinto o processo, com resolução de mérito. E por fim, em 17 de janeiro de 2023, foi certificado o trânsito em julgado e o processo foi definitivamente arquivado. 1.3 Principais eventos societários: a) **Reestruturação societária na Companhia**, via **aporte do acervo patrimonial da sociedade Jaba V Holding S.A. ("Jaba V Holding")**: Em 12 de dezembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, a controladora Auren aprovou o aporte do acervo patrimonial da sua então controlada, Jaba V Holding S.A. ("Jaba V"), no valor de R\$ 496.075, confora para integralização de aumento de capital na Companhia, mediante a emissão de 21.208.821 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A controlada Jaba V Holding faz parte de um projeto de geração de energia solar, localizado no município de Jaba/MG, e que tem 500 MWac de capacidade instalada e será uma das maiores usinas solar do país. O investimento previsto no projeto Jaba V é de R\$ 20 bilhões, com expectativa de entrada em operação comercial no primeiro trimestre de 2024 e prazo de término da concessão em fevereiro de 2055. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas**

b) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras:

	2022		2021		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Comercialização							
CESP Comercializadora de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Geração solar							
Jaba V Holding S.A.	100%	100%	0%	0%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba C Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba CE Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba CO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba CS Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba L2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba NE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba NO2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba S Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaba SO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
SF401 Participações Societárias S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding

2.2 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas: Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas.

Conta contábil
Contas a receber 8
Ativos indenizáveis pela União 9
Imposto de renda e contribuição social diferidos 11
Imobilizado 14
Intangível 15
UBP - Uso do bem público 19
Obrigações socioambientais 18
Benefícios pós-emprego 20
Provisão para litígios 21
Cabe mencionar que, no quadro "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema EmpresasNet do CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com essa indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão do CVM. 2.3 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). 3. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** 3.1 **Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	2022		2021	
		Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante
CPC 50 - Contratos de Seguros	Adoção inicial.				
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: amortizamentos e passivos para desmontagem e remoção.				
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.				
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.				
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.				

A Companhia e suas controladas estão analisando as emendas às normas contábeis mencionadas acima a fim de avaliar possíveis impactos em suas políticas operacionais e contábeis. Em relação à análise sobre o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, em consonância com o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22), a análise dos impactos referente às incertezas está detalhada na Nota 11. 4. **Recetta líquida:**

4.1 **Política contábil:** A recetta é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia e sua controlada CESP Comercializadora seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Recetta de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) identificação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da recetta quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer recetta para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os contratos de venda de energia da Companhia e sua controlada são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da recetta é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético. A Companhia e sua controlada operam nos seguintes mercados de energia elétrica: **Contratos bilaterais:** representados por venda de energia a consumidores e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre. **Leilões de Energia:** representados por venda de energia às distribuidoras no âmbito de contratos firmados no ambiente regulado, conforme participação em leilões. **Operações de trading:** representados por comercialização de energia no mercado livre. **Energia de curto prazo - CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Consolidado			
	2022		2021	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Recetta bruta				
Recetas com energia				
Contratos bilaterais	6.236.884	1.558.758	7.297.991	1.677.580
Partes relacionadas	1.841.375	185.208	351.039	80.693
Operações de trading	967.972	215.885	1.462.350	363.742
Leilões de energia	2.017.255	572.162	2.014.800	522.038
Energia de curto prazo	11.063.486	2.564.110	11.126.180	2.716.542
Suprimento em regime de quotas - UHE Pararlubna	-	18.850	-	72.489
Outras receitas	-	4.863	-	(111.563)
	11.063.486	2.587.823	11.126.180	2.604.979
Deduções à recetta				
PIS/COFINS sobre receitas operacionais	-	(236.397)	-	(206.712)
ICMS sobre receitas operacionais	-	(31.959)	-	(44.878)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(40.043)	-	(37.618)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	(17.110)	-	(15.706)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSSE	-	(5.435)	-	(5.326)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	(1.173)	-	(1.773)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(205)	-	(153)
	-	(332.470)	-	(312.166)
Recetta líquida	11.063.486	2.255.353	11.126.180	2.292.813

	Controladora			
	2022		2021	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Recetta bruta				
Recetas com energia				
Contratos bilaterais	3.111.761	705.693	5.600.719	1.220.226
Partes relacionadas	2.588.957	635.832	-	-
Operações de trading	2.017.255	572.097	2.014.800	522.038
Leilões de energia	-	22.288	-	66.732
Energia de curto prazo - CCEE	7.717.973	1.935.910	7.615.519	1.808.996
Suprimento em regime de quotas - UHE Pararlubna	-	18.850	-	72.489
Outras receitas	-	4.865	-	(67.806)
	7.717.973	1.959.626	7.615.519	1.741.190
Deduções à recetta				
PIS/COFINS sobre receitas operacionais	-	(180.315)	-	(137.378)
ICMS sobre receitas operacionais	-	(10.055)	-	(29.904)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(40.043)	-	(37.618)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	(17.110)	-	(15.706)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSSE	-	(5.435)	-	(5.326)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	(1.321)	-	(1.773)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(205)	-	(153)
	-	(254.484)	-	(228.218)
Recetta líquida	7.717.973	1.705.141	7.615.519	1.512.972

	Consolidado					
	2022		2021		2020	
	Custo com energia	Custo com admnis-trativas	Despesas gerais e operacionais	Outras receitas operacionais, líquidas	Total	Total
Natureza dos custos e despesas						
Energia comprada	(831.172)	-	-	(831.172)	(1.122.344)	-
Depreciação e amortização	(399.451)	(4.668)	-	(404.119)	(421.008)	-
Encargos de uso da rede elétrica	(209.484)	-	-	(209.484)	(176.414)	-
Repactuação de risco hidrológico	-	-	-	-	781.974	-
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis	-	-	-	634.614	634.614	-
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis - terrenos (Nota 12)	-	-	-	(385.890)	(385.890)	-
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis - canal e eclusa (Nota 12)	-	-	-	(248.724)	(248.724)	-
Reversão de <i>impairment</i> de ativos imobilizados e intangíveis (Nota 14)	-	-	-	230.924	230.924	(248.520)
Pessoal	(26.518)	(61.610)	-	(88.128)	(82.868)	-
Reversão para litígios (Nota 21)	-	-	-	59.969	59.969	425.693
Serviços de terceiros	(20.498)	(34.199)	-	(54.697)	(58,028)	-
Ganho na migração benefícios pós-emprego (Nota 20.3.3)	-	-	-	20.148	20.148	-
Contratos futuros de energia	-	-	-	8.209	8.209	13.235
Seguros	-	(4,271)	-	(4,271)	(4,245)	-
Manutenção e conservação	(2,990)	(1,196)	-	(4,186)	(6,912)	-
Provisão para obrigações socioambientais (Nota 19)	-	-	-	(3,907)	(3,907)	(7,607)
Impostos, taxas e contribuições	(976)	(2,605)	-	(3,581)	(3,394)	-
Aluguéis	(1,059)	(1,253)	-	(488)	(2,800)	(7,43)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(2,496)	(2,496)	(60,256)
Benefício pós-emprego (Nota 20.3.3)	-	-	-	(87)	(87)	(3,613)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	(6,482)	(6,176)	-	19,458	6,800	1,934
Total	(1.040.656)	(457.974)	(115.978)	331.730	(1.282.878)	(973.207)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo
e individuais e resumo das práticas contábeis: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2022, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações "IFRIC" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 16 de fevereiro de 2022. 2.1 **Consolidação:** a) **Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A Companhia obteve autorização da ANEEL para operar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, por meio da CESP Comercializadora, no início de 2020. A Companhia consolida a CESP Comercializadora, pois possui participação de 100% de seu capital votante, isto é, está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes. Conforme mencionado na Nota 1.3 (a), a Companhia passou a ter participação de 100% do capital votante da controlada Jaba V Holding.

	2022		2021	
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas (I)
Natureza dos custos e despesas				
Energia comprada	(298.538)	-	-	(298.538)
Depreciação e amortização	(399,572)	(4,502)	-	(404,074)
Encargos de uso da rede elétrica	(209,484)	-	-	(209,484)
Repactuação de risco hidrológico	-	-	-	781,974
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União (Nota 12)	-	-	-	634,614
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis - terrenos (Nota 12)	-	-	-	(385,890)
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis - canal e eclusa (Nota 12)	-	-	-	(248,724)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível (Nota 14)	-	-	-	230,924
Pessoal	(26,518)	(57,361)	-	(83,879)
Reversão para litígios (Nota 21)	-	-	-	59,969
Serviços de terceiros	(20,498)	(32,735)	-	(53,233)
Ganho na migração benefícios pós-emprego (Nota 20.3.3)	-	-	-	20,148
Seguros	-	(4,273)	-	(4,273)
Manutenção e conservação	(5,134)	(1,658)	-	(6,792)
Provisão para obrigações socioambientais	-	-	-	(3,907)
Impostos, taxas e contribuições	(976)	(2,052)	-	(3,028)
Aluguéis	(1,059)	(1,153)	-	(2,212)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(2,496)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	(4,217)	(3,351)	-	19,537
Total	(508,022)	(457,974)	(107,085)	324,175

	Consolidado	
	2022	2021
5.1 Custo com energia elétrica:		
Energia comprada		
Energia comprada para revenda	(512.756)	(668.793)
Energia comprada para revenda - partes relacionadas	(60.942)	(30.313)
Operações de trading	(221.978)	(382.776)
Prêmio repactuação de risco hidrológico	(28.852)	(26.213)
Energia de curto prazo - CCEE	(6.644)	(14.339)
	(831.172)	(1.122.434)
Repactuação de risco hidrológico		
Repactuação de risco hidrológico	-	781.974
	-	781.974
Uso da rede elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	(209.484)	(176.414)
	(209.484)	(176.414)
	(1.040.656)	(1.516.874)
Controladora		
Energia comprada		
Energia comprada para revenda	(167.339)	(273.109)
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(95.703)	(28.523)
Prêmio repactuação de risco hidrológico	(28.852)	(14.339)
Energia de curto prazo - CCEE	(6.644)	(14,339)
	(298,538)	(342,224)
Repactuação de risco hidrológico		
Repactuação de risco hidrológico	-	781,974
	-	781,974
Uso da rede elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	(209,484)	(176,414)
	(209,484)	(176,414)
	(1.040,656)	(1.516,874)

6. **Resultado financeiro:** 6.1 **Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

6.2 **Composição:**

	Consolidado	
	2022	2021
Receitas financeiras		

*** continuação**

12.2 Composição e movimentação:

	Consolidado e controladora				
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupiá	Jaguarí	Total
Composição e movimentação do ativo sujeito a indenização					
Ativo sujeito a indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	27.589	6.364.845
Ajuste para impairment	(1.811.718)	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(906.346)	(304.492)	-	(2.622.556)
Saldo inicial em 01 de janeiro	1.717.362	2.028	-	-	1.739.161
Reclassificação para ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	634.614	-	-	-	634.614
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa (Nota 4)	(248.724)	-	-	-	(248.724)
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos (Nota 4)	(385.890)	-	-	-	(385.890)
Reclassificação para ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	(1.717.362)	-	-	-	(1.717.362)
Saldo final em 31 de dezembro	-	2.028	-	-	1.739.161
Ativo sujeito a indenização	-	2.165.858	642.318	27.589	6.364.845
Ajuste para impairment	-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente	-	(506.346)	(304.492)	-	(810.838)
Ativo sujeito a indenização (líquido)	-	2.028	-	-	1.739.161

Composição do ajuste ativo contingente

	Ilha Solteira	Jupiá	Total
Ativo regulatório	(508.374)	(304.492)	(812.866)
Custo Atribuído (deemed cost)	-	-	(1.264.198)
Portaria MME nº 458 de 01.10.2015	2.028	-	2.028
Ajuste ativo contingente	(506.346)	(304.492)	(810.838)

Por meio da Medida Provisória (MP) nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, promovesse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupuí, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011. Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada. Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguarí, a Companhia formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguarí, sendo que manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A Companhia, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguarí no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguarí, a partir de 1º de janeiro de 2021.

12.2.2 Usinas de Ilha Solteira e Jupuí: Conforme mencionado anteriormente, a Companhia operou as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, "considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015". Para a UHE de Jupuí, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização. Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupuí, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos. Apenas o recurso da Companhia foi parcialmente provido em 2ª instância, motivo pelo qual ambas as partes apresentaram recursos à 3ª instância, os quais aguardam, atualmente, julgamento. Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu, em anos anteriores, ajustes para desvalorização desses ativos, no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira - R\$ 506.346 e Jupuí - R\$ 304.492, respectivamente). **12.2.3 Usina Jaguarí:** Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a Companhia como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguarí ("UHE Jaguarí"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. Em 13 de novembro de 2020, o MME publicou a Portaria nº 409/2020, que designou Furnas Centrais Elétricas S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da UHE Jaguarí, a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, a controladora CESP reclassificou o valor residual do ativo imobilizado da UHE Jaguarí para a rubrica de Ativos sujeitos a indenização no montante total de R\$ 19.771, em 31 de dezembro de 2020, e aguarda a definição dos valores de indenização a serem fixados pela União. Até o momento a União não se manifestou em relação ao valor de indenização da UHE Jaguarí. **13 Investimentos:** **13.1 Política contábil:** As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e

14.2 Composição e movimentação:

	Consolidado									
	Terrenos	Reservatórios, barragens e autorutas	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos socioambientais	Em andamento	2022	2021
Custo	302.851	8.935.746	2.358.105	2.401.905	6.119	3.015	198.020	5.189	14.210.950	14.167.632
Provisão para impairment	(37.248)	(815.619)	(276.149)	(316.966)	-	-	-	-	(1.445.982)	(1.496.914)
Depreciação acumulada	(21.663)	(4.085.944)	(1.152.705)	(1.330.061)	(4.981)	(1.119)	(46.071)	-	(7.042.544)	(6.714.289)
Saldo líquido inicial do exercício	243.940	4.034.183	529.251	754.878	1.138	1.896	151.949	5.189	5.722.424	5.956.429
Adições	-	-	-	-	-	-	25.435	15.533	40.968	56.869
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.321)
Ativações	-	-	657	1.567	-	-	-	(2.224)	-	-
Transferências	(3.896)	91.282	(20.550)	(66.969)	-	133	-	-	230.924	(8.487)
Depreciação	(7.792)	(215.204)	(45.852)	(29.063)	(154)	(120)	(21.623)	-	(319.808)	(328.255)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.487)
Reversão para impairment (Nota 14.4(b))	5.949	130.255	44.101	50.619	-	-	-	-	230.924	50.932
Empresas incluídas na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	56.805	56.805
Saldo final do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	12.586	5.668.596	5.722.424
Custo	302.747	8.750.749	2.265.448	2.657.751	6.119	3.499	223.455	12.586	14.222.354	14.210.950
Provisão para impairment	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.445.982)
Depreciação acumulada	(33.247)	(4.024.869)	(1.152.793)	(1.680.372)	(5.135)	(1.590)	(67.694)	-	(7.338.700)	(7.042.544)
Saldo líquido final do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	12.586	5.668.596	5.722.424
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	2,7%	2,3%	2,9%	5,4%	3,9%	10,0%	-	-	-

	Controladora									
	Terrenos	Reservatórios, barragens e autorutas	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos socioambientais	Em andamento	2022	2021
Custo	302.851	8.935.746	2.358.105	2.401.905	6.119	3.015	198.020	5.189	14.210.950	14.167.632
Provisão para impairment	(37.248)	(815.619)	(276.149)	(316.966)	-	-	-	-	(1.445.982)	(1.496.914)
Depreciação acumulada	(21.663)	(4.085.944)	(1.152.705)	(1.330.061)	(4.981)	(1.119)	(46.071)	-	(7.042.544)	(6.714.289)
Saldo líquido inicial do exercício	243.940	4.034.183	529.251	754.878	1.138	1.896	151.949	5.189	5.722.424	5.956.429
Adições	-	-	-	-	-	-	25.435	9.621	35.056	56.869
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.321)
Ativações	-	-	657	1.567	-	-	-	(2.224)	-	-
Transferências	(3.896)	91.282	(20.550)	(66.969)	-	133	-	-	-	(743)
Depreciação	(7.792)	(215.204)	(45.852)	(29.063)	(154)	(120)	(21.623)	-	(319.808)	(328.255)
Reclassificação para ativos mantidos para venda (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.487)
Reversão para impairment (Nota 14.4(b))	5.949	130.255	44.101	50.619	-	-	-	-	230.924	50.932
Empresas incluídas na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	56.805	56.805
Saldo final do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	12.586	5.668.596	5.722.424
Custo	302.747	8.750.749	2.265.448	2.657.751	6.119	3.499	223.455	12.586	14.222.354	14.210.950
Provisão para impairment	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.445.982)
Depreciação acumulada	(33.247)	(4.024.869)	(1.152.793)	(1.680.372)	(5.135)	(1.590)	(67.694)	-	(7.338.700)	(7.042.544)
Saldo líquido final do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	12.586	5.668.596	5.722.424
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	2,7%	2,3%	2,9%	5,4%	3,9%	10,0%	-	-	-

14.3 Custo atribuído (deemed cost): Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICP 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes. O efeito líquido da primeira adoção do custo atribuído para todas as usinas que a Companhia detinha a concessão à época resultou em um aumento no ativo imobilizado, porém indiretamente para UHE Porto Primavera o resultado foi uma redução em seu respectivo ativo imobilizado. Com a fim das demais concessões, o saldo remanescente é, substancialmente, o saldo da UHE Porto Primavera de R\$ 857.178 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 890.254 em 31 de dezembro de 2021), que se refere à rubrica de Ativos sujeitos a indenização para a conta de Lucros Acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos, e cuja movimentação foi a seguinte:

	Consolidado e controladora		
	Custo atribuído	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações acumuladas	(4.902.147)	1.666.730	(3.235.417)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(1.348.869)	458.615	(890.254)
Realização no exercício (depreciação)	50.114	(17.032)	33.075
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(1.298.755)	441.576	(857.178)

14.4 Teste de ativos imobilizado e intangível para verificação de impairment: O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou indícios de reversão de impairment em seus ativos e utilizou as premissas a seguir nos testes quantitativos: **Premissas utilizadas no teste de impairment:** O valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado, onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos durante sua vida útil e até o fim das concessões. O fluxo de caixa foi realizado no nível da usina de Porto Primavera (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa. A metodologia de cálculo do impairment considera: (i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para a usina (UGC), na UHE Porto Primavera, considerando como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão detida pela Companhia, incluindo o período de prorrogação. A premissa referente ao contencioso da Companhia foi revisada e considerada nos saldos contábeis da UGC (carrying amount) a partir do ano de 2022, como uma evolução prospectiva na metodologia do cálculo. (ii) Na UHE Porto Primavera, o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, e consequentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização. (iii) Como a concessão da UHE Pararubana encerrou em 05 de maio e atualmente a Companhia está operando a mesma em caráter temporário, essa usina não foi incluída no escopo dos testes de impairment do exercício de 2022. A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 6,69% - WACC post-tax (7,46% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), considerada pela Administração da controladora como compatível com o mercado. As principais premissas utilizadas no teste de impairment são, principalmente, o GSF (Generation Scaling Factor) e o preço de energia, conforme premissas realizadas pela Companhia, considerando as operações existentes e relacionadas ao contrato de concessão atualmente vigente. **b) Resultados do teste de impairment:** Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a Companhia comparou-o com o valor contábil da respectiva usina. Como resultado foi constatado que para a UHE Porto Primavera ocorreu reversão de provisão de impairment no montante de R\$ 230.924 (em 31 de dezembro de 2021, houve constituição de provisão no montante de R\$ (299.452) referente à repactuação do risco hidrológico reconhecido no ativo intangível e reversão de impairment no montante de R\$ 50.932 no ativo imobilizado, totalizando o montante líquido de R\$ (248.520) com reconhecimento no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 5).

	Consolidado		
	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor de uso	Reversão de impairment
Usina			
UHE Porto Primavera	7.235.558	7.004.634	230.924
	7.235.558	7.004.634	230.924
Usina			
UHE Porto Primavera	7.806.578	7.558.058	(248.520)
UHE Pararubana	41.493	41.493	-
	7.848.071	7.599.551	(248.520)
Análise de sensibilidade			
GSF	-2 p.p.	Atual	+2 p.p.
Impairment	326.577	230.924	135.271
Preço de energia	-R\$ 5,00/MWh	Atual	+R\$ 5,00/MWh
Impairment	188.949	230.924	272.938

17.2 Composição:

	Consolidado e controladora					
	Circulante		Não circulante		Total	
Debêntures - 11ª emissão	CDI + 1,64% a.a.	1.162	75.000	(483)	75.679	75.196
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30% a.a.	28.935	-	(5.015)	23.920	18.905
		30.097	75.000	(5.498)	99.599	1.958.624
Debêntures - 11ª emissão	CDI + 1,64% a.a.	1.114	75.000	(483)	75.631	225.000
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30% a.a.	27.401	-	(5.014)	22.387	1.712.787
		28.515	75.000	(5.497)	98.018	1.937.787

A Companhia possui contratos de dívida (debêntures) sem covenants (cláusulas restritivas) financeiros, normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Porém, outras cláusulas restritivas constantes da Escritura de Emissão são constantemente monitoradas. As obrigações decorrentes das debêntures, incluindo as obrigações pecuniárias, poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia resultar em um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo

Indretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ao bem líquido sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades de significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. **a) Impairment de investimentos:** Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (impairment) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A Companhia não identificou indícios de impairment para seu investimento, em 31 de dezembro de 2022.

13.2 Composição: Abaixo está apresentado o investimento avaliado por equivalência patrimonial.

	Controladora	
	2022	2021
Resultado de equivalência patrimonial	17.659	3.224
Informações em 31 de dezembro de 2021	17.659	3.224
Lucro líquido do exercício	17.659	3.224
Participação líquida do exercício votante e total (%)	100,0	100,0
2022	2021	2022
2021	2022	2021

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladas	2022	2021
CESP Comercializadora de Energia S.A.	79.823	14.969
Jaiva V Holding S.A. (i)	498.441	1.391
	17.659	3.224

(i) O saldo de equivalência patrimonial é proporcional à data de incorporação.

13.3 Movimentação:

	Controladora	
	2022	2021

* continuação
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo

20.3.2 Demonstração do passivo atuarial:

	Consolidado e Controladora			Total
	BSPS	BD	CV	
Saldo inicial do valor presente das obrigações	6.677.895	1.068.343	151.027	7.897.265
Custo do serviço corrente (Nota 20.3.4)	-	-	87	87
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 20.3.4)	539.926	87.727	12.885	640.538
Efeito da migração ganhos atuariais (Nota 20.3.4)	(20.148)	-	-	(20.148)
Benefícios pagos efeito da migração sobre a obrigação	(1.209.173)	(155.492)	(16.779)	(1.381.444)
Benefícios pagos pelo plano	(561.217)	(72.103)	(9.350)	(642.570)
(Ganhos)/perdas atuariais (Nota 20.3.5)	(185.563)	(86.682)	(8.654)	(280.899)
Obrigação total no exercício	5.241.720	841.793	129.216	6.212.729
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(5.032.322)	(972.822)	(106.212)	(6.111.356)
Juros sobre ativos do plano (Nota 20.3.4)	(394.171)	(77.768)	(8.730)	(480.669)
Contribuições do patrocinador	(57.470)	-	(699)	(58.169)
Benefícios pagos efeito da migração sobre o ativo	922.540	141.312	11.577	1.075.429
Benefícios pagos pelo plano	561.217	72.103	9.350	642.670
Rendimento dos ativos do plano (Nota 20.3.5)	(35.528)	22.755	(3.520)	(16.293)
Valor justo dos ativos dos planos	(4.036.144)	(814.420)	(96.234)	(4.946.798)
Total do passivo líquido	1.205.576	27.373	30.982	1.263.931

20.3.3 Movimentação do passivo atuarial:

	Consolidado e Controladora			Total
	BSPS	BD	CV	
Saldo inicial do exercício	1.785.499	2.412.379	-	4.197.878
Custo do serviço corrente (Nota 20.3.4)	-	-	87	87
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 20.3.4)	539.926	87.727	12.885	640.538
Efeito da migração ganhos atuariais (Nota 20.3.4)	(20.148)	-	-	(20.148)
Benefícios pagos efeito da migração sobre o ativo	922.540	141.312	11.577	1.075.429
Benefícios pagos pelo plano	561.217	72.103	9.350	642.670
Rendimento dos ativos do plano (Nota 20.3.5)	(35.528)	22.755	(3.520)	(16.293)
Valor justo dos ativos dos planos	(4.036.144)	(814.420)	(96.234)	(4.946.798)
Total do passivo líquido	1.205.576	27.373	30.982	1.263.931

20.3.4 Componentes do resultado do exercício:

	Consolidado e Controladora			Total
	BSPS	BD	CV	
Custo do serviço corrente	-	-	87	87
Custo do serviço passado (Nota 20.3.4)	451.340	72.250	10.982	534.572
Contribuições de participantes	-	-	1.179	1.179
Benefícios pagos pelo plano	(529.866)	(63.747)	(10.487)	(604.100)
(Ganhos)/perdas atuariais (Nota 20.3.5)	(389.199)	(76.142)	(22.055)	(487.396)
Obrigação total no exercício	6.677.895	1.068.343	151.027	7.897.265
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(4.994.967)	(847.860)	(94.191)	(6.037.018)
Juros sobre ativos do plano (Nota 20.3.4)	(310.256)	(60.327)	(5.867)	(376.450)
Contribuições de participantes	-	-	(1.179)	(1.179)
Contribuições do patrocinador	-	-	(1.006)	(1.533)
Benefícios pagos pelo plano	529.866	63.747	10.487	604.100
Rendimento dos ativos do plano (Nota 20.3.5)	(257.375)	(26.676)	(15.635)	(299.686)
Valor justo dos ativos dos planos	(5.032.322)	(972.822)	(106.212)	(6.111.356)
Total do passivo líquido	1.205.576	27.373	30.982	1.263.931

20.3.5 Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA):

	Consolidado e Controladora			Total
	BSPS	BD	CV	
Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	351.716	(11.081)	7.723	348.358
Perda atuarial de alterações de premissas	(537.279)	(75.601)	(16.377)	(629.257)
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecidos	(35.528)	22.755	(3.520)	(16.293)
Mudanças no efeito do limite para reconhecimento de ativo no exercício	-	-	-	-
Movimento em ORA durante o exercício (Nota 23.5)	(221.091)	(63.927)	(12.174)	(297.192)
Efeito de tributos diferidos	75.171	21.735	4.139	101.045
Resultado líquido em outros resultados abrangentes	(145.920)	(42.192)	(8.035)	(196.147)

22.2 Composição:

Empresas	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Vendas		Custos e serviços		Resultado financeiro	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.008)
Contas a receber de clientes (Nota 8) - Venda de energia e serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.008)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	25.594	8.328	-	-	184.368	80.693	-	-	-	-
Vendas de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	8	-	-	-	342	-	-	-	-	-
Vendas de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	9	-	-	-	200	-	-	-	-	-
Vendas de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	268	-	-	-	-	-
Vendas de Santo Alonso Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-
Fornecedores (Nota 16) - compras de energia e serviços	25.621	8.328	-	-	185.208	80.693	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vendas de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	1.147	-	(2.312)	(24.705)	-	-
Vendas de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	1.376	-	(5.872)	-	-	-
Vendas de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	1.710	-	(1.710)	-	-	-
Vendas de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	1.173	-	(4.801)	-	-	-
Vendas de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	1.104	-	(3.252)	-	-	-
Vendas de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	1.698	-	(1.698)	-	-	-
Vendas de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	1.314	-	(1.314)	-	-	-
Vendas de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	969	-	(1.498)	-	-	-
Vendas de São Caio Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	1.172	-	(1.172)	-	-	-
Vendas de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	1.220	-	(1.220)	-	-	-
Votorantim S.A. (I)	-	-	-	-	333	339	(3.753)	(3.858)	-	-
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-
Compert Serviços e Assessorias Ltda. (II)	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auren Energia S.A.	-	-	-	-	970.730	389.668	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	970.730	389.668	-	-	-	-
Instituto Votorantim	-	-	-	-	-	-	-	-	(318)	-
Total	25.621	8.328	983.946	392.320	185.208	80.693	(34.066)	(28.572)	(18.008)	(18.008)

22.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Remuneração fixa e variável (I)	8.775	7.131
Encargos sociais	1.773	1.661
Total	10.548	8.792

22.4 Instrumentos financeiros:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Capital social integralizado	6.469.410	327.389.618
Ordinárias	6.469.410	327.389.618
Outros	2.098	113.055
Ações em tesouraria	2.098	113.055
Total	6.471.508	327.502.673

23.2 Reservas de capital:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Reserva legal (a)	402.560	280.230
Reserva estatutária (b)	597.543	597.544
Retenção de lucros (c)	2.789.981	1.078.890
Total	3.789.084	1.956.664

23.3 Reserva de lucros:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Reserva legal (a)	402.560	280.230
Reserva estatutária (b)	597.543	597.544
Retenção de lucros (c)	2.789.981	1.078.890
Total	3.789.084	1.956.664

23.4 Outros resultados abrangentes e ajuste de avaliação patrimonial (deemed cost):

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Custo atribuído ao imobilizado - líquido de impostos diferidos (a)	(857.179)	(897.890)
Outros resultados abrangentes (b)	(1.187.900)	(1.384.047)
Total	(2.045.079)	(2.281.937)

23.5 Outros resultados abrangentes: A partir da adoção do CPC 33 (R1) - Benefício pós-emprego, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido.

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial do exercício	(1.384.047)	(1.965.797)
Hedge Accounting operacional	-	-
Provisão de Hedge Accounting operacional	-	94.358
(-) IRPJ e CSLL diferidos	-	(32.082)
Ajuste CPC 33 no exercício (Nota 20.3.5)	-	297.193
(-) IRPJ e CSLL diferidos	-	(101.046)
Total	(1.384.047)	(1.384.047)

23.6 Ações em tesouraria:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	2.446.617	440.827
(-) Reserva legal - 5%	(122.331)	(22.042)
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(33.075)	(29.404)
Lucro ajustado do exercício (saldo para distribuição de dividendos)	2.291.211	389.381
(-) Dividendos obrigatórios (25% lucro líquido deduzidas as destinações legais)	(581.071)	(389.381)
(=) Saldo de lucros acumulados	1.710.140	-
(-) Retenção de lucros	(1.710.140)	-
(=) Saldo	-	-

23.7 Lucro por ação:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício (a)	2.446.617	440.827
Quantidade de ações (b)	327.390	327.503
Lucro por ação (a/b)	7.4731	1.3460

23.7.3 Dividendos:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Dividendos por ação	581.071	1.174,85
Dividendos por ação	581.071	1.174,85

23.7.4 Instrumentos financeiros e gestão de risco:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Ações ordinárias - ON	581.071	1.174,85
Ações preferenciais classe A - PNA	-	13.327
Ações preferenciais classe B - PNB	-	247.829
Total	581.071	389,381

23.7.5 Instrumentos financeiros e gestão de risco:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Dividendos por ação	581.071	1.174,85
Dividendos por ação	581.071	1.174,85

23.7.6 Instrumentos financeiros e gestão de risco:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Dividendos por ação	581.071	1.174,85
Dividendos por ação	581.071	1.174,85

20.4 Despesa/recrécito estimada para 2023 (não auditado): Abaixo é demonstrada a despesa estimada para o exercício seguinte, com base na avaliação atuarial de atuário independente em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado e Controladora			Total
	BSPS	BD	CV	
Custo de juros sobre a obrigação	529.047	84.329	12.750	626.126
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(366.269)	(75.495)	(9.199)	(450.963)
(Recrécito) Despesa estimada para o exercício	162.778	8.834	3.551	175.163

21.1 Provisão para litígios: 21.1 Política contábil: A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, civil e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constitui provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável. As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível e não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos. A partir de 2022, como parte da evolução do processo ligado ao provisionamento das causas, a Companhia passou a efetuar a segregação dos saldos entre o circulante e o não circulante, tendo como base, essencialmente, a fase processual em que as causas estão (fase avançada de execução ou cumprimento de sentença). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício. 21.2 Composição e movimentação: Em 31 de dezembro de 2022, os litígios, nas suas diferentes naturezas, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de perda estimada e o risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado abaixo.

	Consolidado			Total
	2022	2021	2021	
Trabalhistas	92.104	5.619	66.909	1.164.728
Tributárias	5.545	236	1.951	89.152
Ambientais	19.547	(142)	31.379	(110.753)
Cíveis	(39.703)	(455)	(46.355)	(96.404)
Total	77.493	5.258	53.884	1.046.723

21.3 Processos com probabilidade de perda consideradas possíveis: A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível, para os quais não há provisão contabilizada é demonstrada a seguir:

	Consolidado		Total
	2022	2021	
Principais ações	786.791	1.307.272	
Desapropriações, indenizações e obrigação de fazer, sobretudo em razão da implantação dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.	-	-	
Cíveis	-	-	
Medidas reparatórias de supostos danos ambientais cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.	478.655	436.007	
Ambientais	342.555	344.340	
Responsabilidades subsidiárias, sobretudo em razão de contratação de terceiros.	34.680	51.404	
Total	1.642.611	2.139.023	

O principal movimento na esfera cível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se aos acordos realizados em diversas ações indenizatórias, que discutiam supostos impactos ocorridos em função da construção da UHE de Porto Primavera. Independente do prognóstico, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira. A Administração da Companhia e suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa. 22. Transações com partes relacionadas: 22.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas.

	Consolidado		Total
	2022	2021	
Ativo Circulante	970.730	389.668	
Passivo Circulante	970.730	389.668	
Vendas	185.208	80.693	
Custos e serviços	(34.066)	(28.572)	
Resultado financeiro	(34.066)	(28.572)	

23.7.6 Instrumentos financeiros e gestão de risco:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Capital social integralizado	6.469.410	327.389.618
Ordinárias	6.469.410	327.389.618
Outros	2.098	113.055
Ações em tesouraria	2.098	113.055
Total	6.471.508	327.502.673

23.7.7 Instrumentos financeiros e gestão de risco:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Capital social integralizado	6.469.410	327.389.618
Ordinárias	6.469.410	327.389.618
Outros	2.098	113.055
Ações em tesouraria	2.098	113.055
Total	6.471.508	327.502.673

23.7.8 Instrumentos financeiros e gestão de risco:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Capital social integralizado	6.469.410	327.389.618
Ordinárias	6.469.410	327.389.618
Outros	2.098	113.055
Ações em tesouraria	2.098	113.055
Total	6.471.508	327.502.673

23.7.9 Instrumentos financeiros e gestão de risco:

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Capital social integralizado	6.469.410	327.389.618
Ordinárias	6.469.410	327.3

CESP - Companhia Energética de São Paulo	
Diretoria Carlos Curci Neto <i>Diretor sem designação específica</i>	Márcia Maria Cunha Silva <i>Diretora sem designação específica</i>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Provisão para litígios (Nota 21)	

Aos Administradores e Acionistas **CESP - Companhia Energética de São Paulo. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CESP - Companhia Energética de São Paulo e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo e da CESP - Companhia Energética de São Paulo e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e de suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como a nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àquelas do exercício anterior, exceto pela exclusão do PAA relativo à repactuação do risco hidrológico ou *Generation Scaling Factor* (GSF) em virtude da sua contabilização inicial ter ocorrido em 2021, após seu reconhecimento os valores fazem parte do PAA de Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*).



Porque é um PAA

Ativos indenizáveis pela União (Nota 9)

A Companhia celebrou, em 7 de dezembro de 2022, um acordo judicial com a União Federal, visando à indenização da CESP pela reversão dos bens não amortizados e não depreciados em relação à Usina Hidrelétrica Três Irmãos. O acordo tem por objeto o recebimento da indenização em questão, pelo valor histórico de R\$ 1.717.362 mil, devidamente atualizado pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, o SELIC, no regime de capitalização composta e será pago em 84 parcelas mensais e consecutivas a partir de outubro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de indenização a receber, atualizado até essa data, líquido do ajuste a valor presente totalizava R\$ 3.909.017 mil. Este é um dos principais assuntos de nossa auditoria, considerando especialmente o montante envolvido e os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas, como mensuração do valor atualizado, momento de reconhecimento da atualização monetária, ajuste a valor presente, entre outros fatores, que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor do ativo e, por consequência, no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria para o assunto considerou, entre outros pontos:

- O entendimento do histórico do processo administrativo, a análise das principais publicações de resoluções normativas, portarias, ofícios e notas técnicas do órgão regulador.
- A leitura e avaliação dos termos do acordo judicial, firmado entre a Companhia e a União Federal, base para apuração do valor atualizado.
- A revisão das premissas utilizadas e verificação da precisão matemática nos cálculos de atualização monetária e do ajuste a valor presente.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação do ativo sujeito à indenização, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com os dados e as informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Entidade de previdência a empregados (Nota 20)

Conforme descrito na Nota 20, a Companhia e suas controladas patrocinam planos de assistência médica e de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados, assim como respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. Os planos classificados como "benefício definido" geraram, em 31 de dezembro de 2022, passivos líquidos no montante de R\$ 1.263.931 mil, os quais foram calculados com referência às hipóteses atuariais que incluíram taxa de desconto, taxa de inflação anual de longo prazo, mortalidade geral, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários. Os cálculos atuariais de base para a determinação dessas obrigações foram elaborados por atuariário independente contratado pela administração da Companhia e consideram hipóteses atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde. O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas hipóteses. Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses para a determinação do valor presente dos planos poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, mantivemos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: • Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento sobre como a administração mensura as obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar. • Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido. • Avaliação da independência e da expertise dos atuários contratados pela Companhia, bem como dos principais critérios utilizados para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas, como taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tabela de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável. • Revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelos atuários independentes. • Testes, com base amostral, da consistência dos dados individuais dos participantes, utilizados na avaliação atuarial. Nossos procedimentos foram executados com o apoio de nossos especialistas atuariais e também incluíram a avaliação da adequação das divulgações efetuadas em notas explicativas. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 11)

A Companhia e suas controladas apresentavam, em 31 de dezembro de 2022, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 3.000.824 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia e suas controladas gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos. A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis. O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, da base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia, exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: • Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros. • Análise das principais premissas e testes sobre os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. • Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de impairment) (Notas 14 e 15)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 10.397.035 mil e R\$ 2.587.808 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. A administração realiza, no mínimo anualmente, a avaliação de indicativos de redução ao valor recuperável e, quando aplicável, teste de *impairment* desses ativos, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outros. Consideramos o teste de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, consequentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: • Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*). • Análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis. • Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários. • Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment*, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as**

demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração¹ da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador - CRC 1SP198156/O-7

¹ Alterar para outro termo que seja mais apropriado às circunstâncias específicas da Companhia, como por exemplo diretoria, diretoria executiva, gestores, etc.. Nessa análise, que não se limita às S.A., o auditor observa o ambiente legal, o contexto regulatório, a estrutura societária, a estrutura organizacional e as definições estatutárias da entidade, entre outros elementos, conforme descrito no Alert 2021/21 e Circular IBRACON 10/21. Alterar consistentemente as demais referências no relatório, conforme aplicável.

